

A capital não é prioridade do Governo Federal

MARCEL SOUTO MAIOR
Correspondente

Por que a capital política do Brasil não passa de uma província cultural quando confrontada com o eixo Rio-São Paulo? Por que a cidade que Oscar Niemeyer projetou para os outros morarem não tem Free Jazz Festival, Hollywood Rock, Carlton Dance, Bienal do Livro, Projeto Aquarius? Se você não está encontrando respostas, procure com calma. E faça companhia àqueles que promovem eventos culturais nesse País de 40 milhões de subnutridos.

Ao que parece, ninguém sabe explicar direito o que acontece — ou melhor, o que não acontece — em Brasília. Nem mesmo Ivone Kassu, a empresária responsável pela promoção de todos os espetáculos da Souza Cruz. Ano passado, ela acompanhou o guitarrista Stanley Jordan (revelação do Free Jazz Festival) em uma tournée pelas principais capitais do País: Rio, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife. Onde ficou Brasília nisso tudo? Ela responde: "Boa pergunta. Não sei". E passa a bola para Silvinha Gardenberg, da Duetto Produções.

Silvinha cuida da produção do Free Jazz Festival e do Carlton Dance, que já chega a Belo Horizonte, além do Rio e São Paulo. Ela jura de pés juntos que pensou em levar Stanley Jordan para Brasília. Só não conseguiu, porque não tem contatos na cidade. "Faltou acesso", justifica. E para encerrar o assunto pede calma. "Não podemos dar passos maiores do que as pernas". Tirou as palavras da boca de Ademar de Cico, assessor de promoções da Souza Cruz.

"Temos que ir devagar, gradativamente", tranquiliza, o empresário. Ele define como "quase inviável" hoje a produção de grandes eventos em Brasília. "Há muitas dificuldades operacionais. Não posso dividir a estrutura de produção entre Rio, São Paulo e Brasília. Estaria colocando em risco a qualidade dos shows". Depois destas explicações, Ademar avisa: "Temos grande interesse em fazer espetáculos na capital". Como prova de suas boas intenções, lembra que a Souza Cruz já tem uma programação esportiva no Distrito Federal.

Mais estimulante do que esta lembrança só mesmo uma outra de Ivone Kassu. A empresária consola o complexo de rejeição dos brasilienses através do processo de regressão. "Este ano, já se apresentaram em Brasília o Milton Nascimento e o Roberto Carlos". Para arrematar, garante que a capital tupiniquim está sempre incluída em temporadas nacionais de teatro". Não é por outro motivo que Fernanda Montenegro vai estrear, dia 19 de setembro, no Teatro Nacional, sua peça *Dona Doida*, um recital de poemas de Adélia Prado. O espetáculo vai ficar em cartaz uma semana. É bom correr para não perder o trem.

Enquanto Fernanda não chega (e vai embora) um bom passatempo é tentar adivinhar se o Miles Davis (atração do carioca e paulista Free Jazz neste setembro) vai parar em Brasília na tournée que deve fazer depois do Festival. Ivone Kassu não sabe se o artista vai repetir a dose de Stanley Jordan. Tudo ainda está muito vago.

O melhor mesmo é buscar respostas em outro lugar: a Funarte (Fundação Nacional de Arte). Talvez o governo esteja mais interessado do que as empresas privadas em promover a cultura na capital. Quem pode falar sobre o assunto com conhecimento de causa é o maestro Edino Krieger, diretor do Instituto Nacional de Música, desde 1981. Ele foi também, há 27 anos, o primeiro diretor do Departamento de Música da Fundação Cultural de Brasília.

Sem mais delongas, Edino explica que a Funarte atua em nível nacional, "priorizando áreas que não são atendidas por institutos culturais locais". Ou seja: Brasília — que tem sua própria fundação — não é, nem de longe, prioridade do Governo Federal. É claro que existe uma exceção que confirma a regra de privilegiar regiões sem atividades musicais.

Apesar de todos os pesares, o maestro afirma que "até gostaria de ter uma presença mais efetiva em Brasília através do Instituto Nacional de Música". Mas querer nem sempre rima com poder. Principalmente na Nova República pós-Plano Cruzado. O diretor revela que os recursos da Funarte sofreram, nos últimos 5 anos, uma queda real de cerca de 60%. "Se houvesse fartura de recursos", imagina Krieger, "seria até uma prioridade nossa investir na capital política do País". E conclui: "Final aí, por exemplo, que estão as representações diplomáticas".

Edino Krieger não está chorando miséria quando reclama da falta de recursos. O orçamento do Instituto Nacional de Música, em 1988, foi de 30 milhões de cruzados. Isto para atender o Brasil inteiro. Além desta "fortuna", o maestro ainda recebeu da Secretaria de Apoio à Produção Cultural e do Instituto de Promoção Cultural um total de 20 milhões. Para se ter uma idéia de quanto vale isto tudo, é bom saber quanto a Orquestra Sinfônica Brasileira cobra por uma exibição: cerca de cinco milhões.

Por isto, realizar uma Bienal de Música Contemporânea é uma gincana. "Aprendemos a render o máximo com o mínimo", afirma Edino. "Pagamos os cachês mais baixos da praça. Além disto, as orquestras tocam de graça. Exploramos o idealismo dos músicos". Para não dizer que a Funarte nunca fez nada por Brasília, o maestro lembra que a Fundação tratou do processo de importação dos instrumentos que foram dados pela IBM à Orquestra Sinfônica de Brasília. O trabalho de assessoramento técnico se arrastou durante dois anos, em 87 e 88.

Se nada mudar, Brasília vai continuar freqüentando as manchetes de jornais como a cidade que abriga um Ulysses sem Homero nem James Joyce; e um poeta-doublé-de-Presidente com mais reversos do que versos.